



PGE

Mato Grosso do Sul

Procuradoria-Geral
do Estado

POLÍTICA DE PRIVACIDADE

LGPD | Lei Geral de Proteção de Dados



Administração Superior

Ana Carolina Ali Garcia
Procuradora-Geral do Estado

Márcio André Batista de Arruda
Procurador-Geral Adjunto do Estado do Contencioso

Ivanildo Silva da Costa
Procurador-Geral Adjunto do Estado do Consultivo

Elaboração – conteúdo

Cristiane Müller Dantas
Procuradora do Estado e Encarregada pelo Tratamento de Dados Pessoais

Revisão

Elcia Tatiane Pazeto Puks Campos

Diagramação

Elcia Tatiane Pazeto Puks Campos

Capa

Guido Brey Jr.



Procuradoria-Geral do Estado de Mato Grosso do Sul (PGE/MS)

**Unidade de Proteção de Dados Pessoais (UPD)
Política de Privacidade. Procuradoria-Geral do Estado
de Mato Grosso do Sul. Campo Grande-MS: PGE/MS,
2025.**

**1. Procuradoria-Geral do Estado. 2. Mato Grosso do
Sul. 3. LGPD. 4. Política. 5. Privacidade.**

Sumário

Introdução e fundamentos	5
Apresentação	6
Definições	7
Bases legais para o tratamento de dados pessoais	10
Coleta e uso de dados pessoais	11
Dados pessoais: coleta - tratamento - finalidade	12
Como os dados são coletados?	13
Governança e responsabilidades	14
Responsabilidades da PGE/MS	15
Prevenção: responsabilidades cível, administrativa e penal	16
Direitos dos usuários	17
Direitos dos titulares de dados pessoais	18
Medidas de segurança e armazenamento de informações	19
Segurança dos dados	20
Armazenamento	21
Ferramenta de navegação	22
<i>Cookies</i>	23
Tratamento posterior e transparência	24
Tratamento posterior dos dados para outras finalidades	25
Alterações nesta Política de Privacidade	26
Atendimento ao titular de dados pessoais	27
Contato	28

Introdução e fundamentos



Apresentação

A Procuradoria-Geral do Estado de Mato Grosso do Sul (PGE/MS) tem o compromisso de proteger a privacidade dos usuários e a segurança dos dados pessoais tratados, conforme a Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), com a Deliberação/CETI n.º 02, de 24 de fevereiro de 2022 e demais legislações aplicáveis.

Este regulamento visa assegurar a transparência no tratamento dos dados pessoais coletados, estabelecer diretrizes de segurança e garantir o cumprimento das obrigações legais.

A PGE/MS, assim, adota políticas e práticas rigorosas para o tratamento de dados, pautadas na legalidade, na transparência e na responsabilidade, para reduzir riscos e prevenir responsabilizações nas esferas cível, administrativa e penal.

Cristiane Müller Dantas

Procuradora do Estado

Encarregada pelo Tratamento de Dados Pessoais da PGE/MS

Definições

Consideram-se nesta Política de Privacidade:



Agentes de tratamento

O controlador e o operador.



Anonimização

Emprega meios técnicos razoáveis e disponíveis no momento do tratamento para tornar os dados impossíveis de serem associados, direta ou indiretamente, a um indivíduo.



Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD)

Órgão da administração pública responsável por zelar, implementar e fiscalizar o cumprimento da LGPD em todo o território nacional.



Banco de dados

Conjunto estruturado e não estruturado de dados, estabelecidos em um ou em vários locais, em suporte eletrônico ou físico.



Consentimento

Manifestação livre, informada e inequívoca pela qual o titular concorda com o tratamento de seus dados pessoais para uma finalidade determinada.



Controlador

Pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais.



Cookies

Um pequeno arquivo salvo no computador das pessoas para ajudar a armazenar as preferências e outras informações usadas nas páginas da Web que elas visitam.



Dado anonimizado

Dado relativo a um titular que não possa ser identificado, considerando a utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis na ocasião de seu tratamento.



Dado pessoal sensível

Dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural.



Dado pessoal

Informação relacionada a uma pessoa natural identificada ou identificável, tais como nome completo, números de documentos pessoais e profissionais, assinaturas, telefone, endereço, e-mail, dentre outros.



Encarregado de dados ou DPO (*Data Protection Officer*)

Pessoa física ou jurídica indicada pelo controlador e pelo operador para atuar como canal de comunicação entre o controlador, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).



LGPD

É a sigla da Lei nº 13.709/2018, chamada Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.



Operador

Pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador.



Órgão de pesquisa

Órgão ou entidade da administração pública direta, indireta ou pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, legalmente constituída sob as leis brasileiras e com sede e foro no País. A instituição deve ter, em sua missão ou objetivo social, ou estatutário, a realização de pesquisa básica ou aplicada nas áreas histórica, científica, tecnológica ou estatística.



Titular do dado

Pessoa natural a quem se referem os dados pessoais tratados (“usuário”).



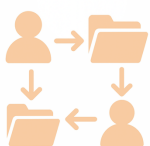
Transferência internacional de dados

Transferência de dados pessoais para país estrangeiro ou organismo internacional do qual o país seja membro.



Tratamento de dados pessoais

Operação realizada com dados pessoais: coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração.



Uso compartilhado de dados

Comunicação, difusão, transferência internacional, interconexão de dados pessoais ou tratamento compartilhado de bancos de dados pessoais por órgãos e entidades públicos no cumprimento de suas competências legais, ou entre esses e entes privados, reciprocamente, com autorização específica, para uma ou mais modalidades de tratamento permitidas por esses entes públicos, ou entre entes privados.

Bases legais para o tratamento de dados pessoais

A PGE/MS trata os dados pessoais com base nas hipóteses legais previstas na LGPD.



consentimento

do titular dos dados, em casos excepcionalíssimos.



cumprimento

de obrigação legal ou regulatória.



execução

de políticas públicas, conforme regulamento e obrigações do serviço público.



interesses

legítimos da PGE/MS, como a prevenção de fraudes e a melhoria contínua dos serviços.



contratos ou instrumentos

congêneres que envolvam o titular dos dados.



Coleta e usos de dados pessoais



Dados pessoais: coleta - tratamento - finalidade

Dado	Tratamento	Finalidade
Pessoal: informação relacionada à pessoa natural identificada ou identificável. Qualquer informação que permita identificar, direta ou indiretamente, um indivíduo é considerada um dado pessoal. Exemplos: nome, RG, CPF, gênero, data e local de nascimento, número do telefone, endereço residencial, endereço eletrônico (e-mail), dados de localização via GPS, placa de automóvel, imagem fotográfica ou computacional, cartão bancário, informações profissionais, entre outros.	• Acesso • Coleta • Recepção • Classificação • Utilização • Reprodução • Transmissão • Distribuição • Processamento • Arquivamento • Armazenamento • Eliminação	✓ Identificação do usuário. ✓ Prestação de serviços. ✓ Comunicação oficial e serviços de mensageria para informar sobre programas e ações institucionais. ✓ Confirmações para garantir a segurança dos dados. ✓ Para o exercício regular de direitos em processo judicial, administrativo ou arbitral. ✓ Quando necessário, para atender aos interesses legítimos do controlador ou de terceiros.
Pessoal sensível: dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico.	• Acesso • Coleta • Recepção • Classificação • Utilização • Reprodução • Transmissão • Distribuição • Processamento • Arquivamento • Armazenamento • Eliminação	✓ Identificação do usuário. ✓ Prestação de serviços. ✓ Comunicação oficial e serviços de mensageria para informar sobre programas e ações institucionais. ✓ Confirmações para garantir a segurança dos dados. ✓ Para o exercício regular de direitos em processo judicial, administrativo ou arbitral.
Anonimizado: dado relativo a um indivíduo que não possa ser identificado, em razão de ter passado por algum meio técnico de tratamento para garantir sua desvinculação, direta ou indireta, de uma pessoa.	• Acesso • Coleta • Recepção • Utilização • Reprodução • Processamento • Arquivamento • Armazenamento • Eliminação	✓ Para o exercício regular de direitos em processo judicial, administrativo ou arbitral. ✓ Quando necessário, para atender interesses legítimos do controlador ou de terceiros.

Como os dados são coletados?

A PGE/MS trata os dados pessoais com base nas hipóteses legais previstas na LGPD.

Dados tratados	Forma de coleta dos dados
Pessoal: informação relacionada à pessoa natural identificada ou identificável. Qualquer informação que permita identificar, direta ou indiretamente, um indivíduo é considerada um dado pessoal. Exemplos: nome, RG, CPF, gênero, data e local de nascimento, número do telefone, endereço residencial, endereço eletrônico (e-mail), dados de localização via GPS, placa de automóvel, imagem fotográfica ou computacional, cartão bancário, informações profissionais, entre outros.	✓ Sincronizados com Gov.br. ✓ Fornecidos pelo titular dos dados, seja diretamente à PGE/MS ou a outros órgãos. ✓ Acessados em documentos, processos administrativos ou judiciais, fornecidos à PGE/MS por outros órgãos.
Pessoal sensível: dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico.	✓ Fornecidos pelo titular dos dados, seja diretamente à PGE/MS ou a outros órgãos. ✓ Acessados em documentos, processos administrativos ou judiciais, fornecidos à PGE/MS por outros órgãos.
Anonimizado: dado relativo a um indivíduo que não possa ser identificado, em razão de ter passado por algum meio técnico de tratamento para garantir sua desvinculação, direta ou indireta, de uma pessoa.	✓ Sincronizados com Gov.br. ✓ Acessados em documentos, processos administrativos ou judiciais, fornecidos à PGE/MS por outros órgãos.

Governança e responsabilidades



Responsabilidades da PGE/MS

A PGE/MS assume responsabilidades e age para minimizar riscos e garantir a conformidade com a LGPD.



Tratamento de dados: legalidade e transparência

Os dados pessoais serão tratados conforme as disposições legais e com total transparência sobre as finalidades do tratamento.

Segurança e confidencialidade

A PGE/MS implementará medidas técnicas e organizacionais apropriadas para proteger os dados pessoais contra acessos não autorizados, perdas ou destruições acidentais.



Treinamento e conscientização

A PGE/MS treinará servidores e colaboradores sobre as práticas de proteção de dados pessoais, com ênfase nas obrigações da LGPD.

Garantia dos direitos dos titulares

A PGE/MS assegura o cumprimento dos direitos dos titulares, incluindo direitos a acesso, correção, conforme a LGPD.



Conformidade

A PGE/MS realizará procedimentos internos regulares para garantir que todos os processos de tratamento de dados estejam em conformidade com a LGPD e demais legislações pertinentes.

Prevenção: responsabilidades cível, administrativa e penal

A PGE/MS adota medidas preventivas para reduzir o risco de responsabilização civil, administrativa ou penal por incidentes com dados pessoais.

Adoção de Políticas de Governança e *Compliance*



A PGE/MS estabelece procedimentos internos para garantir a conformidade com a LGPD, com procedimentos internos regulares e revisão de processos.

Indicação de Encarregado de Proteção de Dados (DPO)



A PGE/MS designa um Encarregado pelo tratamento de dados pessoais (<https://www.pge.ms.gov.br/lgpd-lei-geral-de-protecao-de-dados-pessoais/>). O Encarregado monitora e garante o cumprimento da LGPD. Também, ele é ponto de contato com os titulares dos dados e com a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).

Planos de Resposta a Incidentes de Segurança



A PGE/MS tem um Plano estruturado para responder a incidentes de segurança. O Plano prevê identificar, conter e comunicar qualquer violação de dados pessoais à ANPD e aos titulares afetados, quando necessário.

Minimização de dados



A PGE/MS coleta e usa apenas os dados pessoais estritamente necessários para evitar informações excessivas ou desnecessárias.

Controle de acessos



A PGE/MS implementa controles rigorosos de acesso aos dados, garantindo que apenas pessoas autorizadas possam manipular dados pessoais.

Treinamento contínuo



Os servidores da PGE/MS recebem treinamentos contínuos sobre a LGPD e sobre como proteger dados pessoais. Assim, todos ficam cientes de suas responsabilidades.

Direitos dos usuários



Direitos dos titulares de dados pessoais

Os titulares dos dados pessoais têm direitos passíveis de serem exercidos a qualquer momento, conforme a LGPD.



Direito ao acesso

Consulta aos dados pessoais tratados pela PGE/MS.



Direito à correção

Solicita a correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados.



Direito à exclusão

Solicitar a eliminação dos dados pessoais, quando aplicável.



Direito à portabilidade

Solicitar a transferência dos dados pessoais para outro controlador, quando viável.



Direito à oposição

O titular pode se opor ao tratamento de seus dados pessoais, em caso de legítimo interesse.

Medidas de segurança e armazenamento de informações



Segurança dos dados

A PGE/MS adota medidas rigorosas de segurança da informação para proteger os dados pessoais contra acessos não autorizados, perdas ou danos, incluindo:



Criptografia de dados sensíveis.



Controle de acesso restrito e autenticação.



Monitoramento contínuo de sistemas.



Processos de *backup* regulares e recuperação de dados.

Armazenamento

A PGE/MS armazena os dados pessoais apenas pelo tempo necessário para cumprir sua finalidade ou por exigência legal, regulatória ou contratual. Após isso, os dados podem ser eliminados ou anonimizados, a pedido do titular.

A PGE/MS poderá manter os dados pessoais em caso de:

Cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador



A PGE/MS pode manter os dados pessoais pelo tempo exigido por lei ou regulamento. É o caso, por exemplo, de dados fiscais e trabalhistas, que têm prazos legais específicos para armazenamento.

Estudo por órgão de pesquisa, garantida, sempre que possível, a anonimização dos dados pessoais



Instituições de pesquisa podem manter dados pessoais para estudos científicos, históricos ou estatísticos. Conforme a LGPD, sempre que possível, esses dados devem ser anonimizados, sem permitir a identificação do titular.

Transferência a terceiro, desde que respeitados os requisitos de tratamento de dados dispostos na Lei



A PGE/MS pode manter os dados pessoais para transferi-los a outro controlador, desde que siga os princípios e regras da LGPD. É necessário que o novo controlador também tenha uma base legal para tratar esses dados.

Uso exclusivo do controlador, vedado seu acesso por terceiro, desde que anonimizados os dados



A PGE/MS pode manter os dados para uso interno exclusivo, desde que estejam anonimizados e sem acesso de terceiros. Isso permite criar bases de dados para análises e melhorias, sem identificar os titulares.

Ferramenta de navegação



Cookies

Cookies são pequenos arquivos de texto que o site envia para o computador do usuário e que nele ficam armazenados com informações sobre a navegação.

Esses arquivos guardam pequenas quantidades de dados no navegador. O servidor pode ler as informações depois.

Entre os dados que podem ser registrados estão o tipo de dispositivo usado, o local e o horário de acesso ao site.

Nem todos os *cookies* contêm dados pessoais. Alguns são usados apenas para o site funcionar corretamente.

Mesmo assim, se *cookies* guardarem informações pessoais, esses seguem as mesmas regras desta Política de Privacidade.

Cookies armazenados pela PGE/MS:

Tipo	Finalidade	Cookies
Análise (Analytics)	Coletar dados de forma anônima sobre como os usuários utilizam o site, como páginas visitadas, tempo de permanência e navegação.	• _pk_id • pk_ses • pk_ses
Consentimento	Gerenciar <i>cookies</i> aceitos ou não pelo usuário.	OptanonAlertBoxClosed, OptanonConsent PHPSESSID BIGipServer
Autenticação e autorização	Controle de usuário no sistema Quati.	Autenticação e autorização.

Tratamento posterior e transparência



Tratamento posterior dos dados para outras finalidades

A PGE/MS pode usar dados pessoais para melhorar os serviços e a experiência do usuário no governo do Estado.

Se o titular pedir a exclusão dos dados, eles serão anonimizados.

Dados anonimizados podem ser usados no futuro para:



Gerar estatísticas e melhorar os serviços.



Apoiar pesquisas feitas por órgãos especializados.



Divulgar informações em meios de comunicação.



Compor publicações científicas e educacionais.

Alterações nesta Política de Privacidade

A PGE/MS poderá atualizar a Política de Privacidade para:

- ✓ atender a alterações na legislação vigente;
- ✓ incorporar alterações decorrentes de mudanças nas práticas de tratamento de dados pessoais;
- ✓ aprimorar os serviços prestados.

As atualizações serão:

- ✓ comunicadas aos usuários por canais oficiais e apropriados;
- ✓ apresentadas com precisão e clareza.

Atendimento ao titular de dados pessoais



Contato

Em caso de dúvidas ou pedidos sobre privacidade e proteção de dados, o usuário pode entrar em contato com o Encarregado de Proteção de Dados (DPO) da PGE/MS.



<https://www.pge.ms.gov.br/lgpd-lei-geral-de-protecao-de-dados-pessoais/>



(67) 3318-2669



**Av. Des. José Nunes da Cunha s/n, Bloco IV,
Parque dos Poderes
Campo Grande – MS
CEP: 79031-310**



UPD - Unidade de Proteção de Dados Pessoais



(67) 3318-2607



encarregadolgpd@pge.ms.gov.br



Link: <https://www.pge.ms.gov.br/encarregado-de-tratamento-de-dados-pessoais-da-procuradoria-geral-do-estado-de-mato-grosso-do-sul/>



Av. Afonso Pena, 6134
Chácara Cachoeira - Campo Grande | MS
CEP.: 79040-010